

Resenha do Livro

TOO BIG TO JAIL: HOW PROSECUTORS COMPROMISE WITH CORPORATIONS

Autor: Brandon L. Garrett, Harvard University Press. Reimp. 2016.

O livro *Too big To jail* é fruto das pesquisas empíricas do Professor Brandon Garrett a respeito da responsabilização criminal das pessoas jurídicas, nos Estados Unidos, por condutas ilícitas praticadas no ambiente corporativo. A obra narra o contexto histórico de aprovação do FCPA (*Foreign Corrupt Practices Act*), traçando um paralelo entre a evolução teórica da responsabilidade criminal das organizações e a política criminal adotado pelo Governo que, na virada do século, teria priorizado a justiça consensual pautada na resolução negociada dos casos de corrupção, apoiada nos modelos sancionatórios baseados em multas e em obrigações de fazer (a exemplo dos programas de *compliance*). O Autor, alinhado a outros cientistas norte-americanos, é crítico da adoção de medidas impositivas de conformidade às organizações sem que haja verificação científica sobre a sua eficácia, sugerindo que a participação do Poder Judiciário no processo de fiscalização e monitoramento poderia evitar a violação do Estado de Direito.

Nos dois primeiros capítulos, o Autor promove uma digressão histórica acerca do instituto da responsabilização criminal das empresas e aborda a problemática envolvendo a teoria vicariante (*Respondeat superior*), apresentando ainda casos reais que envolveram uma disputa desequilibrada entre as poderosas empresas (e seus advogados) e as autoridades de *enforcement*, especialmente o caso da auditoria norte-americana Arthur Andersen LLP. Descreve-se em detalhes os contornos do conturbado e midiático julgamento da referida empresa, acusada de cometer crimes no curso dos serviços prestados ao grupo econômico de energia Enron. O resultado do processo judicial, opção feita pela empresa, um dos poucos que resistiram ao incentivo à utilização dos acordos de resolução, para o Autor foi considerado um desastre, promovendo demissões em massa, impedindo a empresa de continuar as suas atividades finalísticas - tendo em vista a imposição de sanção destinada a cassação da licença de autorização para prestar os serviços de auditoria. Segundo Garrett, o que veio a se chamar de "mundo pós Enron", é consequência de uma trama que expôs a fragilidade do modelo sancionatório norte-americano, revelando a necessária revisão dos amplos poderes conferidos às autoridades de *enforcement* e colocando em voga uma reflexão acerca dos efeitos colaterais de uma condenação criminal (*Corporate death penalty*) para os entes morais.

Na sequência do livro, o Autor critica o que seria a utilização exagerada de acordos de resolução que não encontrariam evidências quanto ao seu resultado de redução das infrações econômicas e de promoção da ética no ambiente corporativo. Sustentada na justificativa moralista pós *Watergate* e apoiada pela convenção antissuborno da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - a política criminal econômica optou pelo discurso de integridade corporativa, que segundo o Autor teria promovido uma série de equívocos punitivos, além de renegar a atenção para a potencial violação dos direitos das vítimas. Apresenta-se ainda a crítica à insuficiência punitiva de indivíduos (da alta administração), alguns "grandes demais para a prisão", fundamentando a sua preocupação em dados empíricos coletados ao longo de uma década e que demonstrariam o desequilíbrio sancionatório entre indivíduos e empresas.

Ao longo da obra, Garrett nos faz repensar a relação entre as autoridades de *enforcement*, as empresas, as vítimas, até mesmo atuação de advogados e as barreiras, muitas vezes intransponível, imposta pelo *Attorney client privilege*, propondo uma nova abordagem para a utilização dos programas de *compliance*, a utilidade e o benefício para a atuação dos monitores externos, assim como a participação do judiciário na proteção e garantia de direitos constitucionais - alguns, segundo o Autor, que teriam sido violados ao longo de décadas, desde a vigência da FCPA. O livro se constitui uma obra fundamental para estudantes, profissionais de *compliance*, advogados, procuradores, magistrados e representantes de entidades reguladoras, servindo como fonte de consulta e como instrumento de pesquisa científica que provoca uma

necessária reflexão a respeito da “indústria de *compliance*”, a sua capacidade de reduzir crimes e de influenciar positivamente comportamentos éticos no ambiente corporativo.